

Clipping n° 1117

, 14 Janeiro 2013 - 14:20:11

Veja integra anúncios impressos e digitais A editora Abril anunciou que, a partir da primeira edição de 2013, a venda de anúncios na revista Veja será feita de forma integrada. Segundo a empresa, a mudança acompanha uma tendência de mercado. A revista terá os anúncios veiculados nas edições impressas adaptados para a revista digital automaticamente. A própria publicação não ficará encarregada de aplicar no tablet o arquivo PDF enviado pelo anunciante para a versão impressa. O anúncio digital será estático e com link ativo nas urls presentes. Segundo a editora, 43% dos leitores de tablets da Veja possuem alta receptividade a anúncios no aparelho. Além disso, os leitores gostam quando há uma propaganda com jogo/interação. O anunciante que não queira ou não possa veicular sua comunicação no tablet, deverá comunicar antecipadamente à revista. Se quiser melhorar o anúncio, existe a possibilidade de optar por um upgrade. São três formatos disponíveis - Multimídia 2MB, Multimídia 5MB e HTML5 com valores complementares já definidos. Confira os detalhes da mudança clicando aqui.

Adnews

Seguro-desemprego tem reajuste de 6,2%, inferior a 2012 Os valores do seguro-desemprego deste ano terão um reajuste menor do que o concedido em 2012. De acordo com resolução do Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (Codefat) publicada nesta sexta-feira no Diário Oficial da União, o aumento será de 6,2%, ante 14,128% no ano passado. Segundo a resolução, a correção deve observar a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e divulgado na quinta-feira (10). O índice será aplicado para as três faixas salariais previstas para o cálculo do benefício. Agência Estado

Emprego na indústria fica estável de outubro para novembro, mas registra queda em relação a 2011 O total de pessoas ocupadas na indústria ficou estável de outubro para novembro de 2012. Em outubro, o emprego na indústria havia mostrado alta de 0,4% em relação ao mês anterior. O dado foi divulgado dia 11 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Na comparação com novembro do ano passado, no entanto, o emprego na indústria teve queda de 1%. O principal impacto negativo para o indicador veio da Região Nordeste, que apresentou uma redução de 4% no total do pessoal ocupado. Também houve quedas nos estados do Rio Grande do Sul (-3,6%), de Pernambuco (-6,7%), do Rio de Janeiro (-2,7%) e de São Paulo (-0,3%). Em dez das 18 atividades industriais pesquisadas, houve recuo no pessoal ocupado, em novembro de 2012, na comparação com o mesmo período do ano anterior. Os principais impactos para a queda de 1% no emprego industrial vieram dos setores de vestuário (-9,9%), têxtil (-6,9%), meios de transporte (-3,7%), calçados e couro (-5,6%) e outros produtos da indústria de transformação (-3,8%). O estado do Paraná serviu como um contrapeso para o mercado de trabalho na indústria nacional, ao apresentar um aumento de 1,1% no emprego industrial. Entre as atividades industriais, o destaque é o segmento de alimentos e bebidas, em que os empregos aumentaram 5%. No acumulado de 2012 e no de 12 meses, o total do pessoal ocupado na indústria caiu 1,4% e 1,3%, respectivamente. Agência Brasil

Folha de pagamento da indústria sobe 7,8% em novembro O valor da folha de pagamento real dos trabalhadores da indústria teve um crescimento de 7,8% em novembro em relação a outubro, segundo divulgou nesta quarta-feira o Instituto Brasileiro de

Geografia e Estatística (IBGE). Houve aumento tanto no setor extrativo (8,2%) como na indústria de transformação (7,4%), com impacto do pagamento da primeira parcela do 13º salário e de participação nos lucros e resultados em grandes empresas. Na comparação com novembro de 2011, o valor subiu 10,3% em novembro de 2012, o trigésimo quinto resultado positivo consecutivo, sendo o mais intenso desde julho de 2010, quando ficou em 10,8%. Houve expansão em 13 dos 14 locais pesquisados, com destaque para São Paulo (9,8%), região Norte e Centro-Oeste (16,6%), Paraná (14,3%), Santa Catarina (16,4%), Minas Gerais (7,9%) e Rio de Janeiro (9,6%). Pernambuco teve o único resultado negativo, de -2,5%, influenciado pelos setores de alimentos e bebidas (-8,3%) e de meios de transporte (-23,5%). No acumulado de janeiro a novembro de 2012, a folha de pagamento teve expansão de 3,9%, e, em 12 meses, a alta foi de 3,8%. Agência Estado

Para ministro da Previdência, brasileiro se aposenta 'precocemente' Por esse motivo, diz Garibaldi, o fator previdenciário, criado no governo Fernando Henrique Cardoso (FHC) e mantido no governo Lula, não teria funcionado. O ministro da Previdência Social, Garibaldi Alves (PMDB), acredita que o fator previdenciário só é prejudicial aos trabalhadores porque os brasileiros se aposentam "prematuramente", o que ele considera "injusto". "No Brasil as pessoas se aposentam aos 53 anos, é a média, e não é justo que uma pessoa possa se aposentar aos 53 anos. (...) A pessoa se aposenta tão precocemente que se vê tolhida na sua aposentadoria. Essa é a situação de hoje", afirmou o ministro em entrevista à Rede Brasil Atual (RBA). Por esse motivo, diz Garibaldi, o fator previdenciário, criado no governo Fernando Henrique Cardoso (FHC) e mantido no governo Lula, não teria funcionado. Entre as propostas de mudança em discussão no Congresso Nacional e no interior do próprio governo, o ministro se diz a favor da adoção da fórmula 95/105, que é rechaçada pelas centrais sindicais. Os representantes dos trabalhadores preferem a fórmula 85/95. Esses números dizem respeito à soma da idade da pessoa com o tempo de contribuição, sendo, nesse caso, 85 para mulheres e 95 para os homens. Na avaliação das centrais, a proposta defendida por Garibaldi (95/105) trará prejuízos aos brasileiros mais pobres, que começam a trabalhar mais cedo.

Leia a entrevista: O senhor afirmou nesta semana ao jornal Valor Econômico que a votação do fim do fator previdenciário não deve ser priorizada pelo governo e pelo Congresso Nacional neste ano. Essa avaliação se mantém? Por quê? Não é apenas com relação a esse tema. Eu falo de maneira mais ampla, sobre um conjunto de medidas legislativas, devido à dificuldade que o Congresso está enfrentando para votar temas mais candentes, que são urgência. Não chego a ser tão pessimista para dizer que neste ano não votaremos, mas pelo menos nos próximos meses não.

E nos próximos meses seria quanto tempo? Pelo menos no primeiro semestre do ano legislativo. Pode ser que o Congresso venha a imprimir alguma severidade na votação desses assuntos, mas eu, do meu ponto de vista, não estou acreditando. Nós estivemos quase chegando a um acordo entre governo e Congresso sobre uma alternativa para o fator, mas isso terminou não acontecendo. Ainda assim, algumas autoridades, como o presidente da Câmara, Marcos Maia (PT), já sinalizou que a votação do fim do fator seria uma prioridade. Funcionou, inclusive, uma comissão especial para analisar o tema.

Esse cenário não poderia acelerar a votação? Eu acredito que aquilo que foi desencadeado no ano passado possa voltar a ser tema dominante no Congresso, principalmente o fator previdenciário, que não está cumprindo a finalidade para a qual ele foi criado. Ele foi adotado para adiar a aposentadoria, já que não temos uma idade mínima, como a maioria dos países. Mas não funcionou porque as pessoas se aposentam e voltam a trabalhar para ter um complemento na renda. Então, o que se discutia no encerramento do ano passado: uma alternativa que fosse boa para a sociedade, sem comprometer a sustentabilidade da Previdência, mas não tivemos um coroamento dessa discussão.

O senhor considera que essa demora em aprovar uma alternativa para o fator previdenciário é uma perda para a sociedade? Eu vejo o problema da Previdência dentro de uma cultura mais ampla. Nós não temos uma idade mínima para aposentadoria e se isso vem se constituindo num problema para o segurado. Então vamos construir uma alternativa para ele, mas que também não comprometa as finanças da Previdência. O fator previdenciário foi criado em 1999 e trouxe para os cofres públicos uma economia de cerca de R\$ 40 bilhões, mas na verdade não cumpriu sua finalidade. O trabalhador preferiu se aposentar prematuramente. Já tivemos duas reformas da previdência, mas elas de certa maneira ficaram incompletas. O que nós realmente desejamos é que possamos, com o fim do fator previdenciário, ter uma idade mínima para aposentadoria. Na matéria

do Valor Econômico o senhor afirmou que as mudanças na previdência devem ocorrer em um clima de maior estabilidade econômica. Porém o governo tem uma expectativa de crescimento para este ano maior do que para o ano passado. **Nesse cenário, a questão econômica continuaria sendo um impeditivo para votar o fim do fator?** O que eu quis colocar é que as medidas econômicas propostas pelo governo continuam a ter prioridade e não deixam de ter prioridade dentro do Congresso Nacional. Haja visto o que ocorreu no ano passado, quando se achou que ia votar uma alternativa para o fator e nem se votou a alternativa proposta pelo [senador] Paulo Paim (PT) nem o substitutivo do [deputado federal] Pepe Vargas (PT), nem se fez um acordo com o governo, que não concordava com as propostas. Centrais sindicais afirmaram que irão reforçar as reivindicações para votar o fim do fator neste ano. **Qual será a postura do ministro em relação a isso?** Eu creio que as manifestações, claro, irão e poderão ocorrer, mas cabe ao governo, diante delas, dialogar com as centrais sindicais para ver se podemos chegar a um acordo, porque não há possibilidade do fator previdenciário ser extinto simplesmente, já que não há idade mínima. No Brasil as pessoas se aposentam aos 53 anos, é a média, e não é justo que uma pessoa possa se aposentar aos 53 anos. Nos demais países do mundo a idade mínima gira em torno de 65 anos. Então o que está se propondo é uma substituição do fator. O governo chegou a sinalizar que a fórmula 95/105 daria conta de substituir, de forma acertada, o fator previdenciário. **O senhor concorda?** Acredito que se possa ter isso como parâmetro, como solução. O que o governo tem que ficar atento é que nem ele pode abrir mão da sustentabilidade da Previdência, que o fator previdenciário representa hoje, mas também, ele está garfando 30% e até 40% da aposentadoria, dizem as centrais sindicais. A pessoa se aposenta tão precocemente que se vê tolhida na sua aposentadoria. **Essa é a situação de hoje. Se o governo já sinalizou que a fórmula 95/105 seria interessante, por que ela continua travada?** Não há consenso. As discussões, inclusive, foram levadas à própria mesa do Ministério da Fazenda, que é onde se tem uma discussão muitas vezes mais objetiva, e o ministro Guido Mantega decidiu que se tinha de apressar junto ao governo uma proposta, mas infelizmente isso não prosperou. **De acordo com a ministra do Planejamento, Miriam Belchior, a Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal (Funpresp) começará a funcionar em fevereiro para os novos servidores. Esta dada se cumprirá?** Espero que sim, porque já temos a fundação criada, o regulamento, o plano de aposentadoria do poder Executivo, do Legislativo e do Ministério Público. O do Poder Judiciário está para ser publicado. Então as condições estão criadas, mas no que toca à administração dos recursos humanos do governo federal, cabe ao Ministério do Planejamento. Eu diria que acredito que as condições estejam sendo criadas para que isso possa começar a ser operacionalizado já no início de fevereiro. **Como o ministro recebeu a crítica de sindicatos de que a criação do Funpresp pode colocar em risco a aposentadoria dos servidores federais?** O governo mostrou-se inteiramente aberto em relação a isso. Estamos colocando à disposição das centrais sindicais os cálculos atuariais que foram feitos e que estão à disposição para mostrar que não vai haver efetivamente prejuízo para o servidor. Não vamos ter mais a paridade que existia entre o servidor na ativa e o na inatividade, mas os novos servidores não terão um prejuízo. (Fonte: Rede Brasil Atual) **Jorge Caetano Fermينو**